



Mulheres e Agroecologia: um olhar feminino sobre o setor de comercialização em feiras agroecológicas do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira, Macaé/Rio de Janeiro

Andreza Aparecida Franco Câmara^{1*} ; Laís Gomes Maia¹ ; Palloma Constantino de Souza¹ ; Paulo Brasil Dill Soares¹ 

Introdução: O artigo em tela recai sobre o papel das mulheres agricultoras na produção agroecológica, analisando a participação destas nas Feiras Agroecológicas (FAs), com destaque para as produtoras do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira. **Objetivo:** O artigo visa analisar e relatar, a partir do olhar das produtoras do PDS Osvaldo de Oliveira, a importância das feiras para a concretização da Soberania Alimentar e na luta pela igualdade de gênero, uma vez que corroboram para o empoderamento e autossuficiência financeira das mulheres agricultoras. **Método:** Foi adotado o método qualitativo de revisão bibliográfica, sendo também realizado um estudo de caso acerca da primeira Feira Agroecológica da Cidade Universitária de Macaé pós pandemia, em abril de 2022, a partir de projetos de pesquisa e extensão realizados pelos autores. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas a partir do método *snowball* com seis produtoras do PDS, a fim de constatar os impactos das feiras na vida das mulheres do Osvaldo de Oliveira. **Discussão:** O espaço de comercialização ressignifica as experiências vivenciadas por dois coletivos de mulheres de Macaé e Casimiro de Abreu, que por meio das feiras apresentam suas atividades, dificuldades e simetrias com os projetos que auxiliam na organização das feiras. **Resultados:** Verificou-se o impacto positivo da comercialização de alimentos agroecológicos, seja para o consumidor final, que passa a consumir alimentos sem agrotóxico, seja para as produtoras rurais, as quais se beneficiam tanto financeiramente quanto socialmente, à medida que as feiras consistem em novos espaços de aproximação entre o campo e a cidade.

Palavras-chave: Agroecologia, Mulheres, Feiras, Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira, Segurança alimentar.

¹ Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé, Universidade Federal Fluminense, Macaé, Rio de Janeiro, Brasil. *Endereço para correspondência: E-mail: mdi.icm@id.uff.br.

Women and Agroecology: a feminine look at the commercialization sector in agroecological fairs of the Osvaldo in Oliveira Sustainable Development Project, Macaé/Rio de Janeiro

Introduction: The article in question focuses on the role of women farmers in agroecological production, analyzing their participation in Agroecological Fairs (FAs), with emphasis on producers from the Osvaldo de Oliveira Sustainable Development Project (PDS). **Objective:** The article aims to analyze and report, from the perspective of the producers of PDS Osvaldo de Oliveira, the importance of fairs for the achievement of Food Sovereignty and the fight for gender equality, as they contribute to the empowerment and financial self-sufficiency of women farmers. **Method:** The qualitative method of bibliographic review was adopted, and a case study was also carried out about the first Agroecological Fair of the University City of Macaé after the pandemic, in April 2022, based on research and extension projects carried out by the authors. Semi-structured interviews were carried out using the snowball method with six PDS producers, in order to verify the impacts of the fairs on the lives of women in Osvaldo de Oliveira. **Discussion:** The commercialization space gives new meaning to the experiences lived by two groups of women from Macaé and Casimiro de Abreu, who, through fairs, present their activities, difficulties and symmetries with the projects that help in organizing the fairs. **Results:** The positive impact of the commercialization of agroecological foods was verified, whether for the final consumer, who starts consuming foods without pesticides, or for rural producers, who benefit both financially and socially, as the fairs consist of new spaces for rapprochement between the countryside and the city.

Keywords: Agroecology, Women, Fairs, Osvaldo de Oliveira Sustainable Development Project, Food security.

Submetido em: 14/08/2022

Aceito em: 11/01/2024

INTRODUÇÃO

A produção proveniente da agricultura familiar se apresenta sob formas alternativas e variadas, enquanto a produção convencional, proveniente da agricultura não familiar - principalmente aquela oriunda do agronegócio - resulta do manejo de esgotamento, voltado à monocultura, com especialização em produtos específicos. A agricultura familiar se revela como uma forma de resistência camponesa e diferenciação social e demográfica desses produtores¹.

Em nota, em seu perfil do *Facebook*, o Movimento Sem Terra (MST) explica que apesar

“[...] da agricultura familiar e dos pequenos produtores serem responsáveis por grande parte da produção alimentícia brasileira, o que vemos na prática são incentivos ao

agronegócio, latifundiários e às grandes redes varejistas multinacionais”².

No Brasil, a definição e condições do termo agricultura familiar são fornecidas pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006³, e essa, por sua vez, é regulamentada pelo Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017⁴, em resumo, trata-se da abordagem da atividade produtiva agropecuária como principal fonte de renda de um grupo familiar e esse, por sua vez, compartilha da gestão da propriedade e exerce a maior parte da mão de obra nas atividades econômicas dentro do estabelecimento agropecuário.

De acordo com Censo Agropecuário 2017, dentre as 15 milhões de pessoas que estavam ocupadas com atividades agropecuárias no Brasil, no ano de 2017, 67% delas estavam vinculadas à agricultura familiar, sendo essa responsável por 23% de toda a produção agropecuária brasileira, cerca de 107 bilhões de reais movimentados na economia.

Não obstante 351 milhões de hectares serem ocupados com estabelecimentos agropecuários, apenas 80,9 milhões de hectares são ocupados com agricultura familiar, correspondendo a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país⁵.

Quando se trata de agricultura familiar, o processo de socialização profissional, que resulta no preparo de pessoal ocupado com a atividade rural, comumente inicia-se em etapa anterior à vida adulta, com os jovens entrando em contato com a atividade produtiva antes mesmo de uma educação formal acerca do tema⁶.

Já nessa etapa ocorre a diferenciação no formato de delegação das funções laborais entre meninos e meninas, dada a tradição de hereditariedade da atividade agropecuária ser predominantemente masculina⁷.

Ao observarmos a distribuição do gerenciamento dos estabelecimentos agropecuários pela perspectiva de gênero, assevera-se a discrepância entre mulheres e homens na vida no meio rural: apenas 18,7% dos estabelecimentos, cerca de 946.075, são geridos por pessoas do sexo feminino⁵.

Ocorre que as mulheres acabam por assumir papéis lidos socialmente como auxiliares na atividade produtiva. As funções executadas em sua maioria são voltadas para afazeres domésticos ou de manutenção e cuidado, manejo de animais de pequeno porte, limpeza e colheita, sendo o papel exercido na atividade produtiva, principalmente naquelas que envolvem diretamente o retorno de renda, visto reiteradas vezes como “ajuda”⁷.

Em suma, a atividade exercida pela figura feminina não recebe a mesma valorização do que a exercida pela figura masculina⁸, pois até mesmo as atividades de beneficiamento, que tendem a gerar valor agregado aos produtos beneficiados, passam a ser vistas como menores e para consumo familiar ou para pequenas vendas, lidas como uma extensão da atividade doméstica.

Isso acontece em especial quando se trata de agricultura familiar, pois nesse formato ainda confunde-se o trabalho familiar com favor e atividade gratuita, e é onde o papel da mulher camponesa na atividade produtiva sofre certo

apagamento. De acordo com a configuração sucessória, baseada na manutenção da gestão de atividade agropecuária entre os homens pertencentes ao núcleo familiar, na maioria das vezes, a mulher passa a ser lida socialmente como agricultora de fato apenas após o casamento^{6,8}.

Desse modo, o objetivo deste artigo é examinar o protagonismo das mulheres no setor de produção e comercialização em feiras agroecológicas realizadas na cidade de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, a partir do estudo de caso no assentamento Osvaldo de Oliveira.

METODOLOGIA

A partir da execução do projeto de pesquisa “Memórias e vivências no assentamento Osvaldo de Oliveira: A judicialização de um modelo agroambiental. Relatório do projeto de iniciação científica”, com fomento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foram colhidos os dados primários, por meio de entrevistas semiestruturadas no mês de julho de 2022.

O recorte temático da pesquisa versa sobre o mosaico de territórios que apresentam, dentre muitas características em comum, áreas situadas em Mata Atlântica, com biomas ameaçados de extinção ou sob a influência direta de Grandes Projetos de Desenvolvimento e a criação de um modelo de assentamento diferenciado na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) na Região dos Lagos e no Norte Fluminense.

Criado por meio da Portaria INCRA/SR07/nº 12, de 02/04/2014 (DOU de 15/04/2014), na área da antiga Fazenda Bom Jardim, que foi considerada improdutiva pelo INCRA em 2006. Em 2010, foi publicado o Decreto 001, declarando o interesse social para fins de reforma agrária do imóvel rural denominado “Fazenda Bom Jardim” (fls. 80, Livro 02, do Cartório do 3º Ofício da Comarca de Macaé).

Essa territorialidade é trabalhada pelo Movimento dos Sem Terra e tornou-se palco de disputas judiciais promovidas tanto pela empresa

desapropriada quanto pelo Ministério Público Federal.

Na primeira parte do estudo exploratório, com análise documental e revisão de literatura especializada na temática em agroecologia, movimentos sociais camponeses e economia solidária e com o propósito dos pesquisadores se familiarizarem com os diversos sujeitos sociais e suas inquietações e preocupações, servindo, ainda, como mecanismo para determinar impasses e reverses do objeto de pesquisa como ponto de partida e de chegada, construído progressivamente da interação da coleta de dados, da análise da revisão de literatura como também da ligação do pesquisador com o campo. Por isso, foram escolhidos como referencial teórico obras escritas por autoras, com o intuito de mostrar as visões do feminino acerca das perspectivas utilizadas, diante das pluralidades de conceituações de agroecologia e o trabalho da mulher.

A base da pesquisa bibliográfica se formou por livros, artigos científicos, dissertações e teses que abordavam sobre agroecologia e gênero. A pesquisa utilizou-se do portal de periódicos da CAPES, utilizando as duas categorias acima com principais elementos e cruzando com a referência sobre economia solidária e feiras. O recorte privilegiou os trabalhos escritos por mulheres ao considerar as diversas invisibilidades que as produtoras suportam nas assimetrias do capitalismo.

Na segunda etapa, a partir do estudo de caso acompanhou-se as atividades de organização dos espaços de comercialização nas feiras agroecológicas ocorridas na Cidade Universitária de Macaé. Nesse local se encontram duas universidades federais e uma municipal, além do Colégio de Aplicação municipal.

As feiras solidárias agroecológicas realizadas em Macaé compreendem os espaços como potenciais *locus* em que o produtor rural, no modelo de agricultura familiar ou de reforma agrária, pode desenvolver e fomentar as discussões sobre a importância da soberania e segurança alimentar como ferramenta essencial na construção da política local, como um movimento de resistência ao modelo de subutilização das terras rurais e urbanas que ocorrem por meio da criação de grandes projetos de desenvolvimento nessa territorialidade.

Por meio do mapeamento dos circuitos de feiras agroecológicas existentes no território macaense como instrumento de inserção do pesquisador no campo de pesquisa – o assentamento Osvaldo de Oliveira, localizado no distrito de Córrego do Ouro, no Município de Macaé, no estado do Rio de Janeiro, tomou-se como ponto de partida para investigar os impactos positivos e negativos para aqueles que participam do processo de construção das feiras e de outros mercados e redes socioeconômicas. Analisou-se essa territorialidade como fator de influência no processo de consolidação do modelo agroecológico diferenciando-o dos modelos de assentamento já existentes no território. Além disso, foi evidenciado o protagonismo feminino das produtoras. Verificou-se que o PDS e o consumo sustentável de produtos oferecidos nas feiras agroecológicas incrementam todo o sistema de comercialização, tanto na dimensão política quanto na organizacional. O resultado é o fortalecimento das redes de cooperação técnica de cultura alimentar e da economia solidária.

Para examinar tais particularidades, tomou-se como método de pesquisa o método do *snowball* para identificar o protagonismo das atrizes sociais que participam dos circuitos e redes de comercialização de produtos agroecológicos nas feiras realizadas na Cidade Universitária de Macaé, no estado do Rio de Janeiro.

O contato inicial com as pesquisadoras-bolsistas ocorreu em abril de 2022, quando estava sendo realizada a primeira Feira Agroecológica nesse *locus* após a pandemia de Covid-19. Muito embora os demais pesquisadores já trabalhavam na territorialidade desde 2015 com o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, que culminaram numa pesquisa doutoral. As feiras organizadas na Cidade Universitária de Macaé eram atividades mensais permanentes a partir de 2017, mas foram interrompidas por causa da crise sanitária. Nessa etapa, as atividades de distribuição da produção se davam pela compra coletiva por colaboradores nacionais e internacionais, destacadamente ações coletivas localizadas nas cidades do Rio de Janeiro, de Niterói e na França. Desse modo, foi necessária uma nova aproximação presencial, que se deu com uma das lideranças do assentamento Osvaldo de Oliveira, ainda durante os trabalhos de

assessoramento que ocorreram durante o período pandêmico.

Após esse contato inaugural, a agricultora apresentou outras 05 (cinco) mulheres que atuam nos espaços de comercialização em Macaé, que se encontravam reunidas no Conselho de Gestão do assentamento. As entrevistas foram gravadas mediante consentimento das participantes, não sendo identificadas para resguardar os direitos da personalidade das participantes.

A indicação das participantes nas entrevistas teve como critério básico a participação nos coletivos do MST e nas feiras agroecológicas que são organizadas em Macaé. Das 04 (quatro) participantes que foram indicadas, inicialmente, pela liderança local do PDS Osvaldo de Oliveira, 02 (duas) foram entrevistadas pelo aplicativo *WhatsApp* por estarem viajando em atividades do movimento. Entendeu-se que a participação dessas atrizes era fundamental para entender o protagonismo do PDS nas feiras na Cidade Universitária devido ao histórico de participação em outras ações entre os anos de 2015 a 2019.

As entrevistas tiveram a duração média de 30 (trinta) minutos. No roteiro de entrevista encontravam-se perguntas sobre o processo de participação nas feiras agroecológicas; principais dificuldades enfrentadas no processo e benefícios na realização desse tipo de comercialização dos produtos agroecológicos; também foram perguntadas as atividades realizadas pelas agricultoras, com a finalidade de evidenciar a forma de participação delas nos espaços públicos de discussões, as quais auxiliaram no tratamento e análise desses dados primários. As bolsistas-pesquisadoras estabeleceram elos com o acompanhamento das atividades preliminares de organização dos espaços de comercialização. Nos meses de fevereiro de março de 2022 foram realizadas reuniões quinzenais de planejamento para a organização das feiras, especialmente, pelo retorno gradual e seguro que foi regulamentado no espaço da Cidade Universitária de Macaé. Esse contato prévio facilitou a aproximação com as entrevistadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme o Censo Agropecuário 2017, cerca de 817.019 mulheres participam da direção do estabelecimento agropecuário de forma conjunta com o cônjuge, valor esse que se aproxima do número de mulheres que gerem individualmente os estabelecimentos⁵.

Com o advento da Pandemia do Novo Coronavírus, o SARS-CoV-19, popularmente conhecido Covid-19, seguido dos eventos político-militares envolvendo guerra em território ucraniano, os índices de insegurança alimentar e nutricional aumentaram entre homens e mulheres, em especial entre as mulheres que, conforme pesquisas recentes comprovam, foram as mais atingidas pela insuficiência e incerteza de alimentos⁹. No Brasil esses números são de 61,3 milhões de brasileiros expostos a algum grau de insegurança alimentar, números esses correspondentes ao período de 2019 a 2021⁹.

O aumento da insegurança alimentar e nutricional é retroalimentado não apenas pela desigualdade de oportunidades econômicas e de acesso aos meios de produção, mas também pela desigualdade de gênero no âmbito rural, que impõe papéis ultrapassados até mesmo quando concerne ao manejo agrícola ao redor do mundo, tendo por consequência em especial a exclusão da figura feminina no papel de gestão.

Movimentos de reivindicação de direitos básicos para mulheres camponesas por meio de práticas sociais visam alcançar a legitimidade de demandas cada vez mais importantes, sobretudo com a intensificação do êxodo rural entre jovens e mulheres, e com as dinâmicas de reprodução da vida em meio rural e de sucessão da terra, que põem em risco o desenvolvimento sustentável e o abastecimento adequado de alimentos variados, em contraponto ao manejo de monocultura. No Brasil, a Marcha das Margaridas, movimento de reivindicação que homenageia a sindicalista e trabalhadora rural paraibana Margarida Maria Alves, assassinada em sua luta pelos direitos dos trabalhadores, surge em 1995, mas ocorre de fato em 2000, com a presença de vinte mil mulheres trabalhadoras rurais, e, juntamente com as marchas posteriores, reivindicam, além do reconhecimento das mulheres enquanto

trabalhadoras rurais, o acesso a políticas produtivas, como por exemplo o acesso a crédito, política de suma importância para o desenvolvimento das práticas agropecuárias.

Apesar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) teoricamente incluir mulheres trabalhadoras rurais dentro de sua categoria de acesso ao crédito, as relações de poder no âmbito rural tendem a influenciar a tomada de decisões - principalmente as mulheres casadas tendem a buscar o crédito rural para algum membro familiar que exerce a atividade gestora - e a efetividade do acesso ao crédito, muitas vezes facilitado para figuras masculinas, frequentemente gestoras dos estabelecimentos rurais, até mesmo em decorrência do fenômeno de masculinização da atividade agrícola⁶.

O mesmo acontece acerca da formação profissional e da comercialização de bens provenientes das atividades da mulher agricultora, enquanto ainda ocorre a vinculação da figura da mulher a um papel secundário, voltado à manutenção do estereótipo de cuidados e ocupação de espaços familiares.

Em seu discurso para o Diálogo Inaugural de Alto Nível, reunido pela Coalizão Alimentar e intitulado “O Impacto da Crise Global na Segurança Alimentar: as mulheres como agentes-chave na transformação dos sistemas agroalimentares”, Qu Dongyu, o Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), disse que “As mulheres são atores-chave nos sistemas agroalimentares e contribuem de forma significativa no desenvolvimento agrícola e rural” e que “Se queremos construir sistemas agroalimentares que beneficiem todas as pessoas, sem deixar ninguém para trás, devemos superar a desigualdade de gênero”¹⁰.

As reivindicações de movimentos de mulheres rurais no Brasil desde a década de 80 vêm se tornando mais organizadas, seguindo também a mobilidade dos movimentos de organizações internacionais, como a Via Campesina, mas ainda apresentam deficiências resultantes da própria estrutura de relação social.

Protagonismo feminino no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira: a luta por igualdade de gênero

A luta pela emancipação de gênero dentro do meio rural se desenvolve a partir da identificação das próprias produtoras enquanto classe, saindo do âmbito individual e partindo para o coletivo, como se verifica nas primeiras aparições dessas como movimento. Em decorrência das demandas levantadas pelos movimentos de mulheres agricultoras, a pauta da igualdade de gênero vem ganhando corpo dentro do MST, de modo que, após anos de mobilizações, é possível observar certos avanços nessa questão.

Apesar das conquistas das mulheres agricultoras ao longo dos anos, sobretudo a partir dos anos 2000, ainda há um longo caminho a ser percorrido até que seja possível falar em igualdade material entre homens e mulheres dentro dos espaços de produção, comercialização e decisórios.

A partir de diferentes iniciativas criadas e implementadas no assentamento Osvaldo de Oliveira pelas mulheres agricultoras, é possível verificar a participação ativa destas no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), verdadeiras agentes de transformação na agricultura familiar e do desenvolvimento agrário⁷. Nesse sentido, as mulheres atuam tanto na produção e comercialização dos alimentos *in natura* e beneficiados quanto em projetos artesanais, além de atuarem no âmbito da medicina alternativa, sendo esse um possível caminho para a efetividade do Direito à Saúde dentro do assentamento.

Em relação aos trabalhos artesanais, o Coletivo de Mulheres Margarida do Carukango, composto pelas produtoras do PDS Osvaldo de Oliveira, possui um papel especial. Criado em 2014, a partir do apoio da Universidade Federal Fluminense, no Polo de Rio das Ostras (PURO), o coletivo fornece oficinas práticas de artesanato, corte e costura e crochê e fuxico às mulheres do PDS, de modo que a produção artesanal representa um dos instrumentos na luta pela autossuficiência financeira das produtoras.

Em entrevista realizada com 06 (seis) companheiras do PDS, questionadas acerca dos

trabalhos desenvolvidos no assentamento, elas destacaram relevância do Coletivo e o desejo de que este volte a desenvolver atividades:

“Então, a gente chegou em um acordo aqui. Já tivemos coletivo de mulheres de produção, já tivemos coletivo de artesanato, que é o nosso Coletivo Margaridas do Carukango e que a gente gostaria que retornasse esses trabalhos coletivos do grupo de mulheres Margarida do Carukango”.¹¹

No que se refere à produção, entre março e julho de 2020, o MST já havia doado cerca de 10 (dez) toneladas de alimentos agroecológicos, tanto *in natura* quanto beneficiados. Dentre esses alimentos, foram distribuídas 03 (três) toneladas na região de Macaé e municípios vizinhos, sendo parte da produção realizada no PDS Osvaldo de Oliveira. Nesse viés, destaca-se novamente a atuação do Coletivo Mulheres de Margarida o Carukango:

“O Coletivo Carucango, do PDS Osvaldo de Oliveira, vem desenvolvendo um programa de produção emergencial que visa a ampliação dos plantios coletivos em período de crise, buscando contribuir imediatamente com o conjunto da sociedade. Nesse sentido, estão sendo preparados em torno de dois hectares de solo (forma emergencial), para o cultivo de feijão agroecológico. [...] Fizemos o preparo do solo e plantamos feijão preto. Nós esperamos colher 2,5 toneladas de feijão. Além disso, há também um hectare e meio de leguminosas em pleno desenvolvimento.”²

Assim, a partir da mobilização das mulheres agricultoras do PDS, a distribuição de alimentos continuou ocorrendo durante a pandemia, produção vital para parte das famílias de baixa renda localizadas nos municípios de Caxias e Macaé. Ainda que o assentamento seguisse produzindo durante a maior crise sanitária do século, fator essencial para a manutenção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias da região, o desenrolar do conflito judicial que ronda o PDS continuou ocorrendo.

Em 25 de novembro de 2020, a oitava turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)¹² negou provimento ao recurso interposto pelo MST que visava impedir a reintegração de posse da área destinada ao assentamento, intensificando o sentimento de incerteza que ronda as diversas famílias assentadas no Osvaldo de Oliveira.

Ainda que a ordem de despejo não tenha ocorrido devido à vedação imposta pela Lei estadual nº 9.020/2020, que proíbe despejos durante o período de calamidade pública, 63 (sessenta e três) famílias assentadas passaram a viver sob a constante insegurança de perderem suas terras, produção, sustento e lar¹³. Atualmente, em decorrência da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça em setembro de 2020, as famílias vêm mantendo a posse das terras que são suas por direito, uma vez que são as responsáveis pelo cumprimento da função social dessa propriedade, declarada improdutiva em 2010.

Para além dos trabalhos de produção e comercialização, o Coletivo Mulheres do Carukango atua na formação política das produtoras e na construção de meios de autossustentação financeira. A partir do desenvolvimento de espaços de comercialização organizados pelas mulheres agricultoras, da criação de Coletivos e da relação de apoio gerada entre elas, as produtoras vêm rompendo com a lógica das relações de gênero preponderante, sobretudo nos anos 1960, a qual identificava as mulheres apenas como propulsoras do trabalho reprodutivo, sendo vistas como ajudantes dos homens quando atuavam para além das atividades estritamente domésticas¹⁴. A mudança da órbita individual para a coletiva corrobora para que as demandas das mulheres agricultoras ganhem espaço no movimento, a fim de que possam se consolidar como sujeitos políticos ativos. As mulheres se fizeram presentes nas experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, participando ativamente da construção de redes de economia solidária e de produção agroecológica¹⁵.

Um breve panorama sobre as feiras agroecológicas

Ainda que o agronegócio atue sob a falsa roupagem de combate à fome, sobretudo após a dita “Revolução Verde”, que aumentou a degradação

ambiental e os índices de agrotóxicos na produção, introduziu os transgênicos na cadeia produtiva e promoveu a mecanização das atividades no campo, esse modelo de produção é propulsor de desigualdade e desemprego. Como consequência da substituição de parte das produtoras e produtores rurais por maquinários, o êxodo rural aumentou após a Revolução Verde, impactando diretamente no nível de desemprego nas cidades e, conseqüentemente, no número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional¹⁶. Segundo dados divulgados pelo Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), cerca de 58,7% dos brasileiros encontram-se atualmente em algum grau de insegurança alimentar, sendo 15,5% em situação de insegurança alimentar grave¹⁷.

Dentre as distintas formas de comercialização dos produtos alimentícios produzidos pela agricultura familiar, as Feiras Agroecológicas vêm se destacando. Pautadas em uma comercialização justa e solidária, as feiras oferecem variados alimentos produzidos em harmonia tanto com o meio ambiente quanto com os produtores, valorizando os saberes tradicionais e técnicas seculares de cultivo. Ao eliminar intermediários e promover o contato direto entre produtores e consumidores finais, as feiras aproximam os dois polos da cadeia produtiva e originam novos espaços de diálogo e troca de saberes, além de desmistificar ideias deturpadas transmitidas à população acerca dos movimentos rurais, agricultura familiar e reforma agrária.

Partindo da economia solidária, as feiras promovem a ruptura com os preceitos da Revolução Verde – agronegócio, agrotóxico, latifúndio, concentração de renda, monocultura, transgênicos, dentre outros – e representam a insubordinação da renda camponesa ao capital, de modo a atuar tanto como forma de resistência ao avanço do “agronegócio orgânico” quanto como mecanismo para a construção e fortalecimento da identidade campesina¹⁸.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) desenvolveu uma ferramenta de busca denominada Mapa das Feiras Orgânicas, a partir da qual é possível identificar onde e quando será realizada uma feira agroecológica no país. Tal mapeamento das feiras ocorreu a partir da

constatação, pelo IDEC, de que os consumidores gostariam de consumir produtos livres de agrotóxicos, mas que optaram pela compra de alimentos em mercados convencionais devido ao preço dos produtos orgânicos ser superior. Entretanto, por meio de um levantamento realizado pelo Instituto em 2012, constatou-se que os produtos orgânicos e agroecológicos eram até 50% (cinquenta por cento) mais baratos nas feiras do que nos supermercados, restando evidente a necessidade de divulgação desses espaços de comercialização e incentivo ao consumo agroecológico¹⁹.

Um crescimento de 48,9% (quarenta e oito vírgula nove por cento) nas feiras cadastradas na plataforma do IDEC entre 2015 e 2017, passando de 361 (trezentas sessenta e uma) para 739 (setecentas e trinta e nove) FAs ao redor do Brasil em um período de 02 (dois) anos¹⁸. Atualmente, de acordo com o IDEC, o Brasil conta com 1.044 (mil e quarenta e quatro) FAs espalhadas pelas cinco regiões do país, apontando a criação de 305 (trezentos e cinco) novas feiras em 05 (cinco) anos¹⁹.

Para além de um sistema de comercialização de alimentos, as Feiras Agroecológicas são o caminho para a concretização da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil. Nesse viés, a propagação das feiras nos estados brasileiros nos últimos anos atesta para a viabilidade da produção alimentícia com base agroecológica, de modo que as FAs representam uma possibilidade concreta de comercialização, trazendo consigo uma microssustentabilidade viável. Desse modo, com a aproximação entre os dois lados da cadeia produtiva, as feiras agroecológicas são fundamentais para a autonomia financeira dos trabalhadores rurais, sobretudo quando se trata da mulher agricultora.

Apesar dos dilemas enfrentados pelas mulheres agricultoras em decorrência da opressão de gênero e das particularidades do machismo presente no campo, as produtoras seguem na luta para que sejam efetivamente reconhecidas como geradoras de renda econômica, buscando, para tal, o aprimoramento nas técnicas de auto-organização. Como fruto da construção de modelos auto-organizados, as FAs são ainda mais relevantes quando se analisa a relação entre estas e as mulheres agricultoras. Nesse viés, as feiras possuem um relevante papel na conquista da autonomia financeira

daquelas que produzem nos moldes da agricultura familiar, uma vez que corroboram a mudança de eixo nas atividades das mulheres rurais, passando do âmbito estritamente doméstico/reprodutivo para o trabalho remunerado²⁰.

Protagonismo das agricultoras do PDS Osvaldo de Oliveira na feira agroecológica da Cidade Universitária de Macaé (RJ)

Em relação à Feira Agroecológica da Cidade Universitária de Macaé, as mulheres do PDS Osvaldo de Oliveira desempenham um papel fundamental, uma vez que participam ativamente das diferentes etapas que compõem a cadeia produtiva. Dessa forma, as mulheres agricultoras do PDS atuam desde a produção até a venda dos alimentos agroecológicos no Polo Universitário, o que atesta para o protagonismo das mesmas dentro desse espaço de comercialização.

No que se refere ao início da feira na Cidade Universitária, a integração entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o PDS Osvaldo de Oliveira se deu a partir da ciência, pelos então graduandos, do conflito fundiário e judicial presentes desde a criação do PDS, em 2015. Uma vez cientes dos problemas do PDS, os discentes marcaram uma visita ao assentamento, oportunidade na qual se aproximaram do contexto local e dos assentados.

A participação das mulheres nos espaços de decisão do assentamento e na coordenação política é um desafio constante. Alguns avanços podem ser apontados, como a igualdade do número de coordenadores em ambos os sexos, tanto nos núcleos de base quanto na coordenação do assentamento.

“[...] eu visto a camisa do Osvaldo de Oliveira, lá a gente não tem esse negócio de homem manda mais que a mulher, o mesmo que o homem pode lá eu posso como mulher, então nós vivemos direitos iguais lá dentro, e portanto, nós somos divididos em núcleos e nossos núcleos tem que ser uma coordenadora e um coordenador de cada coisa lá dentro, tem coordenador de núcleo, coordenadora de produção, e sempre tem que ser um

casal, quando participa de qualquer coisa, sempre participa um homem e uma mulher, temos nosso espaço de fala, temos nosso clube de mulheres também, temos até que voltar a ativa, para produzir geleia e outros produtos e se Deus quiser, estamos com fé de que essa ponte saia para melhorar nossa vida, porque nossa intenção é de fazer a feirinha pelo menos umas 2 vezes no mês [...]”²¹

No ano seguinte, com a criação de projetos de extensão como o Comida é Patrimônio e Feiras Agroecológicas, em uma parceria entre os cursos de Direito e Nutrição, as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA) iniciaram-se no polo universitário, sendo essas um espaço de diálogo e exposição de vivências por meio do qual o MST busca viabilizar suas ações de luta pela terra, além de fomentar o debate acerca da Reforma Agrária, Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional.

Não obstante as feiras terem se iniciado na cidade universitária em 2016, a realização sistemática das mesmas se deu a partir de 2017, com a criação da Secretaria Adjunta de Ensino Superior e consequente fomento à iniciativa. Para além do apoio da Secretaria, as FAs em questão contam com a colaboração de professoras e professores apoiadores da causa, seja por meio contribuições financeiras – compra de equipamentos e de alimentos para os próprios produtores consumirem durante o evento – seja através de auxílio na organização, montagem e desmontagem das feiras. Ainda, o assentamento recebe as sementes da Empresa Brasileira de Agropecuária – EMBRAPA – e conta com assessoria técnica prestada pela Secretaria de Agroecologia, a qual auxilia o PDS no escoamento da produção e promove a fiscalização dos contratos envolvendo as produções do assentamento.

Em que pese a realização sistemática das FAs, a propagação do novo Coronavírus culminou na paralisação dessas em 2019, voltando a ocorrer apenas em 2022. Após dois anos de isolamento social intenso, as feiras da Cidade Universitária de Macaé foram retomadas no dia 13 de abril de 2022, tendo início às 09h e perdurando até às 16h30, momento no qual os produtos começaram a ser recolhidos e armazenados para o transporte de volta

ao assentamento. Nessa experiência, as mulheres agricultoras do PDS comercializaram principalmente produtos *in natura*, com destaque para banana, limão, aipim e feijão, havendo também produtos beneficiados, como doces artesanais, conservas e geleias.

Para além do protagonismo exercido pelas produtoras do PDS em questão, há que se falar também na participação das agricultoras do GT Mulheres Serramar, localizado em Casimiro de Abreu (RJ), município próximo à Macaé. Esse grupo de mulheres produtoras se faz presente nas FAs desde 2017 e, tendo em vista o apoio financeiro fornecido pela prefeitura de Casimiro ao GT, contam com recursos para a compra de equipamentos e transporte das produtoras de um município para outro. Na experiência do dia 13 de abril, o GT realizou o empréstimo de 04 barracas para as mulheres do PDS, havendo entre ambas uma relação de facilitação. Dessa forma, as produtoras do Osvaldo de Oliveira expuseram seus produtos livres de agrotóxicos, sendo esses carregados de nutrientes, luta e história.

No que se refere aos benefícios que as feiras geram na vida das mulheres agricultoras, 06 (seis) produtoras foram entrevistadas e questionadas acerca dos principais pontos positivos decorrentes da realização das FAs, sendo a complementação da renda e a troca de saberes com a cidade os benefícios mais citados:

“Então, eu, pra mim, no meu modo de pensar, como eu gosto muito de vendas, pra mim é o contato com o público, é... Tá divulgando as mercadorias, falando da importância de consumir um alimento sem veneno e também o retorno que essa feira traz pra gente, como visibilidade, aprendizado... E também a renda, né?! Que é uma renda que complementa, que ajuda muito... Quando a gente faz uma feirinha, nos ajuda muito essa renda (...).”¹¹

As FAs, além de fundamentais na comercialização de produtos agroecológicos, caminham *pari passu* com a autossuficiência financeira das produtoras rurais, corroborando a luta pela igualdade de gênero. Todavia, por mais que as feiras

sejam imprescindíveis para a comercialização dos produtos agroecológicos e, conseqüentemente, para a garantia da SAN, esse modo de comercialização é, em muitos casos, visto pelos homens apenas como uma extensão do espaço doméstico. Tal deslegitimação do trabalho da mulher agricultora é ainda mais acentuada quando analisamos a questão da igualdade de gênero no âmbito das relações afetivas, bem como relatado pela assentada X.

“O movimento nos ensina que é um espaço de igualdade, né? Entre mulheres e homens. E nós temos o nosso espaço também e, ao meu ver, aqui no PDS, esse espaço é respeitado sim. Mas, algumas mulheres que... assim, umas são sozinhas, não têm companheiro, então disseram isso. Mas, outras, que têm companheiro, disseram que não tem esse espaço de igualdade entre homem e mulher, porque, muitas vezes, o marido não compreende e ainda tem a mente muito fechada para respeitar esse espaço das mulheres (...). Precisamos pegar mais firme pra conquistar de verdade esse espaço aqui dentro.”¹¹

Assim, ao se contraporem à lógica dos supermercados e eliminarem intermediários entre a produção e comercialização dos alimentos, as FAs aproximam a cidade do campo e, na experiência em questão, o campo da universidade. Desse modo, as feiras dão origem a novos espaços de diálogo e trocas de saberes, consistindo em um solo fértil para a ampliação de debates acerca do papel da agricultura familiar e da necessidade do fortalecimento da Reforma Agrária Popular no Brasil, indispensável para a concretização da Soberania Alimentar e redução da insegurança alimentar no país.

“A importância de mostrar que somos agricultoras, que estamos na terra, que a nossa luta na terra é plantar e produzir alimentos saudáveis e tá levando pra mesa das pessoas.”¹¹

A ocupação do espaço das feiras se mostra didaticamente eficaz ao humanizar o agricultor proveniente do movimento de reforma agrária, proporcionando um local de fala e exposição sobre as lutas camponesas em prol não apenas da reforma

agrária, mas também da alimentação saudável e de qualidade enquanto direito do cidadão.

A afirmação de ruralidades no território que se pretende atuar tem sido acionada por diferentes grupos nesses espaços, como elemento (re)definidor de identidades, de resgate de tradições, de histórias de vida e formas de pertencimento, como no caso das feiras agroecológicas realizadas pelos assentados do PDS Osvaldo de Oliveira, conforme retratado pela entrevistada:

“[...] nossa terra é abençoada, nós temos uma água maravilhosa, nós moramos num território que é dos deuses, acho que é um dos melhores lugares de Macaé – Córrego do Ouro que é a fazenda onde a gente mora, o Assentamento Osvaldo de Oliveira. É uma área muito bonita, tem uma mata grande, um solo verde, e nós lá queremos produzir, nós temos essa garra de querer produzir sem nada de veneno, sem nada, a gente quer produzir coisas pra gente se alimentar bem, ter uma vida melhor, trazer uma banana que você sente gosto de banana de verdade, aipim, e eu sinto muito orgulho por isso, eu visto a camisa do Osvaldo de Oliveira, lá a gente não tem esse negócio de homem manda mais que a mulher, o mesmo que o homem pode lá eu posso como mulher, então nós vivemos direitos iguais lá dentro, e, portanto, nós somos divididos em núcleos e nossos núcleos tem que ser uma coordenadora e um coordenador de cada coisa lá dentro, tem coordenador de núcleo, coordenadora de produção, e sempre tem que ser um casal, quando participa de qualquer coisa, sempre participa um homem e uma mulher, temos nosso espaço de fala, temos nosso clube de mulheres também, temos até que voltar à ativa, para produzir geleia e outros produtos e se Deus quiser, estamos com fé de que essa ponte saia para melhorar nossa vida [...]”¹¹

Desse modo, partindo da comercialização de alimentos limpos – livres de agrotóxicos –, as FAs são também um espaço de desmistificação da imagem negativa que vem sendo atrelada aos

movimentos ligados ao campo pela mídia hegemônica, sobretudo ao MST.

CONCLUSÕES

As agricultoras familiares, em especial, encontram-se na linha de frente na batalha contra o modelo agrícola hegemônico há mais de 20 anos, atuando como verdadeiras defensoras da agroecologia. Contudo, o trabalho realizado pelas mulheres agricultoras ainda é deslegitimado perante aquele desenvolvido pelos homens.

É inegável que ainda há muito que se progredir quando se trata da emancipação de gênero no campo, ainda mais quando se trata da obtenção de recursos que auxiliem na produção agropecuária frente aos projetos de obtenção de crédito rural e de fomento ao trabalho feminino no campo.

A partir deste estudo foi possível concluir que, a partir do estudo de caso apresentado, as feiras agroecológicas corroboram tanto para o empoderamento e autossuficiência financeira das agricultoras quanto para a concretização da Segurança Alimentar e Nutricional. Analisando a dinâmica das relações sociais que envolvem o papel da mulher na agricultura, com foco nas assentadas do PDS Osvaldo de Oliveira, em sua troca de experiências, diálogos do campo com a cidade, permuta de saberes e a atuação ativa destas mulheres enquanto agentes de luta.

No assentamento Osvaldo de Oliveira, o sistema de mercados e redes socioeconômicos incrementam o consumo sustentável de produtos oferecidos nas Feiras Agroecológicas, tanto na dimensão política quanto na organizacional, apesar das dificuldades apontadas em logística e infraestrutura para o escoamento da produção.

Verificou-se que essas Feiras Agroecológicas são fundamentais para a própria reprodução social das mulheres agricultoras, uma vez que, ao resgatarem técnicas tradicionais de produção e cultivo, trazem à tona os saberes campestres e desenvolvem uma identidade própria do trabalhador do campo. À vista disso, a agroecologia, comercializada por meio das feiras, representa um caminho para mudanças tanto na produção quanto

na mentalidade, consistindo na verdadeira semente para o presente e futuro do planeta e novas gerações.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e UFF - Universidade Federal Fluminense, por propiciar o presente estudo.

FINANCIAMENTO

FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI 26003/013668/2021 e CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e UFF - Universidade Federal Fluminense, Processo IC210746.

CONFLITOS DE INTERESSE

Nada a declarar.

FUNÇÕES DOS AUTORES

Todos os autores foram responsáveis pela concepção do artigo. Lais Gomes Maia e Palloma Constantino de Souza realizaram as entrevistas semiestruturadas e transcreveram-nas. Todos os autores realizaram a análise dos dados e revisaram a versão final do artigo.

REFERÊNCIAS

- 1- Silva RMA, Nunes EM. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. *Rev Econ Sociol Rural* [Internet]. 2022;61(2):1–22. Available from: <https://www.scielo.br/j/resr/a/3CXmrG4vsSBBDdRkmHYLw4n/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>.
- 2- Movimento dos Sem Terra (MST – RJ). MST-RJ inaugura Terra Crioula em Macaé (RJ). Rio de Janeiro, 11 jul., 2020. Facebook: MST – RJ [Internet]. [cited 2022 Aug 06]. Available from: https://www.facebook.com/MST.Rio.RJ/photos/a.555987837898052/1682992571864234/?type=3&eid=AR A5ONlesp9jestuo68s8F59eebVx2EON_q5EeO4ieit-GSrcSVDfL6oLCA2Ri6Hk_GugrifTyfTw8O1.
- 3- Brasil. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. [Internet]. Brasília, DF, jul. 2006 [cited 2022 Aug 08]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm.
- 4- Brasil. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamentação a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais [Internet]. Brasília, DF, mai. 2017 [cited 2022 Aug 08]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm.
- 5- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2017 [Internet]; 2017 [cited 2022 Aug 07]. Available from: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf.
- 6- Brumer A, Anjos G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Rev Nera* [Internet]. 2012 [cited 2022 Aug 07];12(11):6–17. Available from: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396> DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i12.1396>.
- 7- Zavatário LC. Movimentos sociais como instrumento de luta - A atuação do movimento sem-terra (MST) na agricultura familiar: um olhar sobre gênero no assentamento Osvaldo de Oliveira (Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS) a partir da pesquisa-ação [undergraduate thesis]. Macaé: Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé, Universidade Federal Fluminense; 2020 [Internet]. Available from: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15480>.
- 8- Loli DA, Lima RS, Silochi RMHQ. Mulheres em contextos rurais e Segurança Alimentar e Nutricional. *Segur Aliment Nut* [Internet]. 2019 [cited 2022 Aug 07];27:e020008. Available from: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8656151> DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v27i0.8656151>.
- 9- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. The state of food security and nutrition in the world 2022. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable [Internet]. Rome, FAO. 2022. [cited 2022 Aug 11]. Available from: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc0639en> DOI: <https://doi.org/10.4060/cc0639en>.

- 10- FAO. Igualdade de gênero é fundamental para transformar os sistemas agroalimentares e combater a fome. FAO no Brasil [Internet]. Rome, 2022 Jun 02 [cited 2022 Aug 11]. Available from: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1538020/#:~:text=%E2%80%99CAs%20mulheres%20s%C3%A3o%20atores%2Dchave,as%20mulheres%20como%20agentes%2Dchave>.
- 11- Soares PBD, Souza PC, Maia LG. Memórias e vivências no assentamento Osvaldo de Oliveira: A judicialização de um modelo agroambiental. Relatório do projeto de iniciação científica. FAPERJ - CNPq. 2022.
- 12- Brasil. Tribunal Regional Federal (2ª Região). Ação Civil Pública ACP nº 2012.51.16.000773-2. 1ª Vara Federal de Macaé. Parte Autora: Ministério Público Federal. Parte Ré: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.
- 13- Oliveira C. Justiça federal determina despejo de 63 famílias em assentamentos do MST. CUT, 2020 [Internet] 2020 [cited 2022 Aug 02]. Available from: <https://www.cut.org.br/noticias/justica-federal-determina-despejo-de-63-familias-em-assentamento-do-mst-569d>.
- 14- Soares PBD, Projeto de desenvolvimento sustentável – PDS – e o caso Osvaldo de Oliveira [undergraduate thesis]. Niterói: Instituto de Humanidades e Saúde de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense; 2020. Available from: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/5214>.
- 15- Siliprandi E. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos. Pensamiento Iberoamericano. Madrid: Egraf, 2011:169-183. [Internet]. [cited 2022 Aug 03]. Available from: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3710909>.
- 16- Silva AF, “Nem revolução, nem verde”: agronegócio e insegurança alimentar na América Latina. Dourados. 2018. [Internet]. [cited 2022 Aug 05]. Available from: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/2102>.
- 17- Conselho Federal de Nutricionistas (CNF). Pesquisa revela que a fome avança no Brasil e atinge 33,1 milhões de pessoas. CNF [Internet]. 2022 [cited 2022 Aug 05]. Available from: <https://www.cfn.org.br/index.php/noticias/pesquisa-revela-que-a-fome-avanca-no-brasil-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/#:~:text=Segundo%20a%20pesquisa%2C%20125%2C2,%3A%20leve%2C%20moderada%20e%20grave>.
- 18- Ferreira GHC, Cepolini EIS. A territorialização das feiras orgânicas e agroecológicas no Brasil: algumas leituras sobre a construção de um mercado camponês. REA [Internet]. 2018 [cited 2022 Aug 06];17(203):14-26. Available from: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41203>.
- 19- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). Pesquisa: alimentos orgânicos. Rota dos orgânicos. Revista do IDEC [Internet]. 2012. [cited 2022 Aug 08]. 20-23. Available from: https://www.idec.org.br/uploads/revistas_materias/pdfs/ed-162-pesquisa-orgnicos.pdf.
- 20- Cruz J, Lima JRO, Campos LKC. Agricultura familiar: a feira agroecológica como base para o empoderamento feminino. In: Anais do I Congresso Internacional Online de Educação Profissional, Territórios e Resistências; Bahia, Serrinha. Revista LaPPRuDes; 2020. Available from: <https://revista.lappruedes.net/index.php/CM/article/view/550/464>.